



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lucas Barreto

## PARECER Nº , DE 2021

De PLENÁRIO, em substituição às comissões, sobre o Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, do Deputado Antonio Brito e outros, que *altera a Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, e prorroga até 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020*, e sobre o PL nº 4.771, de 2020, do Senador Lasier Martins, que *prorroga até 31 de dezembro de 2020, a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020*.

Relator: Senador **LUCAS BARRETO**

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 2.809, de 2020, de autoria dos Deputados Antonio Brito, Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. e Camen Zanotto, prorroga a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O art. 1º da proposição delimita o escopo do diploma legal, reproduzindo a sua ementa na íntegra.



SF/21718.91495-07



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lucas Barreto

Já a alteração legal promovida pelo art. 2º da proposição alcança os §§ 2º e 4º do art. 1º da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, que *dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, de que trata o art. 4º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; e altera as Leis nºs 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.429, de 2 de junho de 1992*. Com a modificação proposta, fica estendido, até 31 de dezembro de 2021, o prazo legal para que seja aceito, como instrumento congênere ao contrato ou convênio com o gestor do SUS, a declaração do gestor local do SUS que ateste a existência de “relação de prestação de serviços de saúde”, para fins de cumprimento da exigência prevista no art. 4º, inciso I, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.

O art. 3º da proposição, por sua vez, prorroga até o dia 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade de cumprimento das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do SUS, estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, que *suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*, mantidas as demais condições estipuladas pelo referido diploma legal.

Por fim, o art. 4º, cláusula de vigência, estabelece que a lei decorrente do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

O PL nº 2.809, de 2020, recebeu oito emendas, que serão descritas na análise.

Por força da aprovação do Requerimento nº 179, de 2021, foi apensado à proposição sob análise o PL nº 4.771, de 2020, do Senador Lasier Martins, que *prorroga até 31 de dezembro de 2020, a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020*. A proposição tem escopo idêntico ao do art. 3º do PL nº 2.809, de 2020, com início da vigência também previsto para



SF/21718.91495-07



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lucas Barreto

a data de publicação da lei que eventualmente ela se originar. Esta matéria não foi objeto de emendas.

## II – ANÁLISE

O PL nº 2.809 e o PL nº 4.771, ambos de 2020, serão apreciados pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

Não identificamos óbices à aprovação de qualquer das proposições no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Passemos, então, à análise do mérito da iniciativa oriunda da Câmara dos Deputados.

Para entender a importância do PL nº 2.809, de 2020, é preciso considerar que a Lei nº 12.101, de 2009, estabelece diversos requisitos para que uma entidade prestadora de serviços de saúde seja considerada beneficente e, com isso, possa usufruir dos benefícios tributários previstos na legislação.

O requisito previsto no inciso I do art. 4º do diploma legal é a celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS. Com o início da vigência da referida Lei, foi editado o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que permitia que a comprovação do cumprimento do requisito mencionado fosse feita por meio de declaração do gestor local do SUS que atestasse a existência de relação de prestação de serviços de saúde. Tal norma foi subsequentemente revogada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que *regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social*.

Como consequência da medida, quase a metade das entidades solicitantes da Certificação de Entidade Beneficente (CEBAS) na área da saúde ficaram impedidas de comprovar a celebração desses instrumentos,



SF/21718.91495-07



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lucas Barreto

ainda que elas efetivamente prestassem serviços ao SUS e fossem remuneradas por isso há longa data.

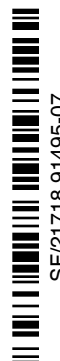
À época, a opinião dos juristas foi no sentido de que a matéria deveria ser objeto de lei ordinária, não sendo possível tratar do tema por meio de decreto presidencial. Foi então encaminhado ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, o PL nº 8.327, de 2017, que deu origem à Lei nº 13.650, de 2018, que concedeu prazo razoável para a regularização dessas pendências.

No entanto, nem todas as entidades conseguiram atender às exigências formais de contratualização. Com o advento da pandemia de covid-19, a questão tornou-se ainda mais delicada, de modo que há necessidade de nova intervenção do Poder Legislativo para a manutenção da regularidade do atendimento prestado por essas entidades.

Em relação ao art. 3º do PL nº 2.809, de 2020, e ao PL nº 4.771, de 2020, é preciso discorrer brevemente sobre o diploma legal objeto da prorrogação de prazo proposta, qual seja, a Lei nº 13.992, de 2020. De fato, essa norma teve relevância para garantir a sustentabilidade dos prestadores de serviço contratados pelo SUS no contexto da pandemia. Afinal, o advento da covid-19 impôs alteração substancial no perfil de atendimento das instituições de saúde.

Por causa da pandemia, consultas médicas de diversas especialidades, procedimentos eletivos, exames complementares e diversas outras ações de saúde foram suspensas, em razão do direcionamento de esforços para sua contenção e das medidas restritivas impostas pelos governos. Nesse contexto, tornou-se impossível para os prestadores cumprir totalmente as metas contratualizadas – realização de cirurgias, biópsias, endoscopias etc. –, o que poderia dar ensejo à imposição de sanções por parte da administração pública.

O prazo inicialmente determinado pela Lei – 120 dias – revelou-se demasiado exíguo, em função do desenrolar da pandemia, que até hoje afeta severamente as atividades dos serviços de saúde de todo o País. Da mesma forma, a prorrogação determinada pela Lei nº 14.061, de 23 de



SF/21718.91495-07



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lucas Barreto

setembro de 2020, também não foi suficiente. Destarte, é meritória a iniciativa de prorrogar a suspensão até a data de 31 de dezembro de 2020.

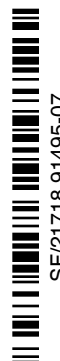
As emendas que foram apresentadas ao PL nº 2.809, de 2020, serão analisadas na sequência.

A Emenda nº 1-PLEN, do Senador Flávio Arns estende o prazo de suspensão do cumprimento das metas para 30 de junho de 2021. Julgamos meritória a medida. No entanto, a urgência em efetivar as medidas previstas na proposição desaconselha, nesse momento, seu emendamento, visto que implicaria em seu retorno à Câmara dos Deputados, na forma do parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal.

A Emenda nº 2-PLEN, também do Senador Flávio Arns, determina que, no caso de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e que prestam atendimento à pessoa com deficiência simultaneamente nas áreas da educação e de saúde, por meio de credenciamento junto ao SUS, a suspensão de metas será mantida pelo período em que vigorarem as medidas de interrupção das atividades escolares presenciais nas localidades onde se situam. Note-se que a iniciativa trata de matéria diversa daquela do PL nº 2.809, de 2020, por isso será rejeitada.

A Emenda nº 3-PLEN, do Senador José Serra, retoma matéria já aprovada por esta Casa Legislativa, o PL nº 4.384, de 2020, das Senadoras Mara Gabrilli e Leila Barros, *que altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, que suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para estender às organizações sociais de saúde a suspensão prevista no art. 1º da Lei*. A medida é justa, pois as organizações sociais de saúde (OSS) enfrentam problemas idênticos aos demais prestadores de serviço vinculados ao SUS. No entanto, ela deverá ser apreciada em breve pela Câmara dos Deputados e, portanto, não será acatada nesta oportunidade.

A Emenda nº 4-PLEN, da Senadora Mara Gabrilli, busca vincular o término da suspensão da exigência das metas ao atingimento de



SF/21718.91495-07



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lucas Barreto

75% de cobertura vacinal em cada Município brasileiro. Ou seja, a aplicação da regra legal deverá ser apurada em cada Município individualmente. Com relação aos Estados e à União, aplica-se o percentual de cobertura vacinal do Município em que se situar a sede da entidade prestadora de serviços. Em que pese a ideia soar interessante, ela implicará um grau de complexidade enorme à aplicação da Lei, além de elevado nível de imprevisibilidade para as entidades beneficiadas, que terão grandes dificuldades em prever a data a partir da qual deverão passar cumprir as metas contratualizadas, por isso será rejeitada.

A Emenda nº 5-PLN, da Senadora Rose de Freitas tem escopo semelhante ao da Emenda nº 1-PLN, prorrogando a suspensão das metas por 180 dias após a data de encerramento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Considerando que o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que *reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020*, encerrou sua vigência em 31 de dezembro de 2020, as duas iniciativas têm efeitos práticos idênticos. Elas não serão acatadas para que o projeto não tenha que retornar à Câmara.

A Emenda nº 6-PLN, da Senadora Eliziane Gama, tem redação idêntica à da Emenda nº 3-PLN, assim como a Emenda nº 8-PLN, do Senador Fabiano Contarato é idêntica à Emenda nº 1-PLN. Da mesma forma, o teor da Emenda nº 7-PLN, do Senador Luiz do Carmo, assemelha-se ao da Emenda nº 1-PLN, porém estende o prazo para 31 de julho de 2021. Pelos motivos anteriormente expostos, nenhuma delas será acatada.

Em suma, em relação às emendas apresentadas, em que pese terem o condão de aprimorar pontualmente a proposição sob análise, julgamos inoportuno o seu acolhimento neste momento, em razão da extrema urgência de enviar à sanção presidencial o PL nº 2.809, de 2020, fruto de acordo cuidadosamente costurado ao longo de sua tramitação na Câmara dos Deputados. Ademais, as matérias constantes de muitas das emendas ora apresentadas já foram contempladas pelo PL nº 4.384, de 2020, aprovado por esta Casa ao final da última Legislatura e enviado à revisão da Câmara.



SF/21718.91495-07



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lucas Barreto

Por derradeiro, conforme discorremos ao longo desta análise, o PL nº 4.771, de 2020, é meritório e devemos louvar a iniciativa de seu autor. No entanto, a aprovação da proposição principal o torna prejudicado, visto ter conteúdo idêntico ao do art. 3º do PL nº 2.809, de 2020.

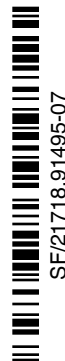
### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, e pela **rejeição** das Emendas nºs 1 a 8-PLN, restando **prejudicado** o Projeto de Lei nº 4.771, de 2020.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/21718.91495-07